



ESTADO DE ALAGOAS  
PREFEITURA DE SANTANA DO IPANEMA  
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO  
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07.12.0020/2021

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Serviços Públicos, Controle e Desenvolvimento Urbano.

ASSUNTO: Contratação de Consultoria Especializado na Elaboração de Projetos, Assessoria Técnica e Serviços de Engenharia e Arquitetura na Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL.

Trata o presente da análise ao Ofício enviado pela empresa F3 Consultoria e Projetos, inscrita no CNPJ 26.498.695/0001-77, que trata do PEDIDO DE INPUGNAÇÃO ao Edital 004/2021, processo nº 07.12.0020/2021, pelos motivos expostos no referido documento, o qual procedemos a verificação dos fatos relatados.

#### 1.0 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1 ALEGAÇÃO - Alega a Licitante que o edital e seus anexos contém previsões irrazoáveis que restringem indevidamente o Universo de Competidores, alegando ainda que possui capacidade técnica para se responsabilizar por futuros contratos

1.1.1 ANÁLISE – Conforme posto nas iniciais, todos os itens de qualificação exigidos fazem parte do escopo de serviços a serem executados, sendo pertinente que a empresa vencedora possua tal qualificação, conforme reza o art. 37 inciso XXI da constituição federal. E ressalta-se que nenhuma das exigências é específica ao ponto de ser caracterizado como exigência exclusiva, se a própria empresa alega no texto ter qualificação técnica para se responsabilizar pelos contratos então não deveria realizar tais questionamentos, visto que nenhuma das exigências de qualificação técnica são relativas a serviços que não estejam constantes no escopo do Edital.

Por fim, esperando ter dirimido as dúvidas levantadas, nos colocando a disposição para eventuais esclarecimentos que venham a se desenvolver durante o processo.

Santana do Ipanema, 23 de Agosto de 2021

Atenciosamente,

Eyder Pereira Wanderley  
Engenheiro Civil  
Crea/AL 021906648-5



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: **07.12.0020/2021**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: **Tomada de Preços n.º 04/2021.**

OBJETO: **Serviços de Consultoria Especializado na Elaboração de Projetos, Assessoria Técnica e Serviços de Engenharia e Arquitetura na Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema/AL.**

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL  
DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2021**

**IMPUGNANTE: F3 CONSULTORIA E PROJETOS (CNPJ n.º 26.498.695/0001-77).**

**IMPUGNADA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA.**

**FEITO:** Impugnação/Alteração do Edital da Tomada de Preços n.º 04/2021.

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Santana do Ipanema/AL, ora IMPUGNADA, em face da impugnação interposta ao Edital da Tomada de Preços n.º 04/2021, de número processual supracitado, pela empresa **F3 CONSULTORIA E PROJETOS**, doravante denominada IMPUGNANTE, apresentada em 19/08/2021, realiza o seguinte exame, pelos fatos e motivos a seguir:

**DA PRELIMINAR DE TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

A Lei prevê duas possibilidades de impugnação: a interposta por qualquer cidadão, bem como a impugnação proposta pelas empresas interessadas na licitação. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido perante o órgão da Administração Pública responsável pela licitação, no prazo de até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. Já a empresa licitante interessada na licitação, detém até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação para apresentar impugnação, sob pena de decadência do direito de posteriormente vir a se manifestar contrariamente ao edital apresentando falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de impugnação ou recurso.

Neste contexto, depreende-se do § 2º do Art. 41 da Lei nº 8.666/93 que, assim, prescreve:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam

*[Handwritten signature and initials in blue ink]*





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Recebo a presente impugnação para atender aos princípios da ampla defesa.

**II. SÍNTESE DAS RAZÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese, a IMPUGNANTE alega que a CLÁUSULA 5.1.4.1.a, que trata do requisito de apresentação de atestado de capacidade técnica-operacional, do instrumento convocatório seria inválida por tratar-se de exigência vedada pelos Tribunais de Contas.

Ainda trata de que a Cláusula 6ª, referente a Visita Técnica, deveria ser facultativa.

Por fim, se manifesta contra a exigência do item 2.3 do Critério de Julgamento, arguindo da não justificativa quanto a exigência editalícia de profissionais formados em engenharia mecânica e engenharia elétrica comporem a equipe técnica da empresa.

Por fim, REQUER que seja revista no intuito da exigência serem alteradas as cláusulas do respectivo edital e de seus anexos, a saber: (a) 5.1.4.1.a; (b) cláusula 6ª; e, (c) itens 2.3.c. e d. do Anexo 3.

**III. DA ANÁLISE:**

a. Da exigência de atestado de capacidade técnico-operacional:

O edital do Processo Licitatório da Tomada de Preços n.º 04/2021, em seu item 5.1.4.1.a., solicita a seguinte documentação:

a. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo(s) à execução de serviços similares no porte e complexidade ao objeto deste Projeto Básico:

a.1. **Para fins de confirmação da autenticidade e correção dos atestados apresentados para comprovação da qualificação técnico-operacional, será exigida a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico) correspondente, com registro de atestado (atividade concluída ou em andamento), referente aos respectivos profissionais, na qual conste a licitante como empresa vinculada à execução do contrato, conforme Acórdão TCU 2326/2019 – Plenário. (g.n.)**

Fica claro e evidente que o EDITAL solicita a capacitação técnica operacional quando fala "mediante a apresentação de atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado" como também a capacitação técnica profissional "acompanhado da Certidão de Acervo Técnico do CREA", que neste caso é emitido em nome do engenheiro contratado pela empresa.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Cumpre ressaltar que, no edital, consta a observação que as empresas deverão apresentar, junto com o atestado técnico-operacional, as respectivas CAT do responsável técnico, como apresentado.

**Nota-se que não consta no instrumento editalício a exigência de registro junto ao CREA dos atestados técnico-operacional, e sim, da cumulação dos atestados técnico-operacional com as CATs referente ao respectivo profissional, esta com o registro no CREA, vinculando a empresa que executou o contrato da obra realizada.**

Em relação à capacidade técnico-operacional, não há outra maneira de comprovação da experiência da empresa na execução dos serviços senão por meio de atestados de capacidade técnica emitidos em nome da empresa Licitante. E esta exigência é legalmente respaldada por orientação uníssona, tranquila e pacífica do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais brasileiros.

Comprovando a afirmativa acima, em decisões mais recentes, e baseando-se na Resolução nº 1.025/09 do CONFEA (que atualmente está em vigor), o Tribunal Regional Federal da 2ª Região julgou correta a eliminação da empresa Licitante que não apresentou atestado de capacidade técnica em seu nome, conforme exigido no instrumento convocatório, como pode ser observado no Acórdão da Apelação e Reexame Necessário n.º 2006.51.01.490139-0, julgado em 18/03/2014, cujas partes abaixo são de transcrição obrigatória:

**Compulsando os autos, não vislumbro ilegalidade na decisão de inabilitação da apelada. (...). O edital (fls.28/42), a que a apelada se submeteu ao participar da licitação em comento, em seu item 7.2, prevê, expressamente, a necessidade de Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, devidamente registrado no CREA, estando em consonância com o art. 30, da Lei nº 8.666/93**

(...)

Não há que se falar em rigorismo exacerbado, pois os documentos apresentados pela apelada (fls.44/107 e 112), **não suprem a ausência do Atestado de Capacidade Técnica em seu nome**, já que emitidos em nome de outra empresa, SERGEN SERVIÇOS GERAIS DE ENGENHARIA S.A. Nesse ponto, importante destacar que o Edital exigia não apenas a qualificação técnico-profissional da empresa apelada - prevista no item 7.3 do referido edital -, **mas também, como visto, a qualificação técnico-operacional da própria pessoa jurídica, a qual não foi atendida.**

(...)

Desta forma, a apresentação de Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA/RJ, **somente em nome do profissional indicado pela licitante não é suficiente a comprovar a sua capacitação técnica operacional, sendo certo que, conforme bem pontuado pelo Ministério Público Federal, "as exigências de capacitação técnica operacional são indispensáveis para salvaguardar os interesses colocados sob tutela do Estado"** (fl.291), mormente no presente caso, em que o objeto licitado é uma obra de grande porte. **(grifado)**

Da mesma maneira, o Superior Tribunal de Justiça, órgão máximo de uniformização da legislação infraconstitucional, já interpretou o art. 30 da Lei n.º 8.666/93 e entendeu legítima a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional em nome





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

da empresa, como se depreende da leitura do REsp 331215 / SP, cuja ementa é importante transcrever:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. **EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO "TÉCNICO-OPERACIONAL"** DA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA.

**A exigência não é ilegal**, se necessária e não excessiva, tendo em vista a natureza da obra a ser contratada, prevalecendo, no caso, o princípio da supremacia do interesse público. Art. 30, da Lei das Licitações.

**- A capacitação técnica operacional consiste na exigência de organização empresarial apta ao desempenho de um empreendimento, situação diversa da capacitação técnica pessoal.**

(...)

- Recurso especial improvido. (grifado)

Esposando o mesmo entendimento acima, o Tribunal de Contas da União também possui o entendimento pacífico e uníssono no sentido de que é legítima a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional em nome da empresa, como é possível inferir pela leitura do Acórdão n.º 2.304/2009, emanado pelo Plenário do TCU, cujo trecho a seguir é necessário ser exposto:

De fato, o entendimento deste Tribunal é no sentido de que existe base legal para a exigência de comprovação de capacidade técnico operacional. (...) Cabe ao gestor público avaliar tecnicamente a necessidade de que a vencedora demonstre experiência na execução do objeto.

Na mesma linha, em decisão recente do TCU ficou decidido que, para fins de habilitação técnico-operacional em certames que visam a contratação de obras e serviços de engenharia, a Administração deve exigir atestados técnico-operacional:

REPRESENTAÇÃO. CONVÊNIO. IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO E PAISAGISMO EM PRAÇA PÚBLICA. TOMADA DE PREÇOS. EXIGÊNCIAS QUE RESTRINGEM A COMPETITIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DE FORMA INDEVIDA. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENDER O CERTAME. ANULAÇÃO DO CERTAME. CIÊNCIA DAS IRREGULARIDADES. Para fins de habilitação técnico-operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados técnico-operacionais emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes. (Acórdão 2326/2019 – Plenário).

E que não se diga que a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema é a única a adotar a exigência em exigir atestados de capacidade técnico-operacional (em nome da empresa) e de capacidade técnico-profissional (em nome dos profissionais). A maioria dos órgãos Públicos assim o faz nas licitações para obras e serviços de engenharia, para garantir segurança às suas contratações.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Assim, resta claro que as empresas devem apresentar atestado técnico-operacional em seu nome, no intuito de sagra-se HABILITADA.

b. Da visita técnica:

A Lei de Licitações autoriza que a Administração exija a realização de visita técnica pelo licitante como requisito de qualificação. Isso se afere a partir da leitura do art. 30, inciso III da Lei nº8.666/93, que dispõe:

"a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á: (...) III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação".

O edital é claro:

6. VISITA TÉCNICA:

6.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Projeto Básico, **podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria** nas condições abaixo:

6.1.6. **A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.** (g.n.)

Quando o edital indica a visita técnica, se prevê a possibilidade de sua dispensa por parte do licitante, tanto é que não há referência quanto a sua obrigatoriedade, pelo contrário, o texto, retirado do instrumento, apresentado, dispõe inclusive da hipótese de se assumir a responsabilidade aquele que não quiser realiza-la.

A visita prévia obrigatória não é expressa neste Instrumento Convocatório como condição *sine qua non* para sua habilitação.

Contudo as vantagens de se optar pela visita técnica, são figuras em importantes decisões:

DENÚNCIA. FUNDAÇÃO MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. EXIGÊNCIA NÃO MOTIVADA DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE ALTERNATIVA PARA LICITANTE DECLARAR OPÇÃO DE NÃO REALIZAR VISITA. RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME. IRREGULARIDADE. DANO AO ERÁRIO NÃO CONFIGURADO. MULTA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. É irregular edital de licitação que exige a apresentação de atestado de visita técnica como documento de habilitação, principalmente quando o objeto do certame envolve serviços eminentemente intelectuais, uma vez que **a exigência de comparecimento ao local da execução da obra ou serviços é propiciar aos proponentes o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto que possam influir sobre o custo, o valor da proposta e a execução do objeto.** Caso contrário, se a vistoria prévia pouco ou nada acrescentar ao conhecimento dos proponentes, deve-se deixar de exigí-la, de maneira a preservar o





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

mandamento do art. 3º, § 1º, inciso I, e art. 30, inciso III, da Lei n. 8.666/93, bem como o art. 37, inciso XXI, da CR/88, possibilitando a apresentação de declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto, se for o caso. A exigência de visita técnica incorre em custo prévio aos concorrentes, não se podendo reputar que seja exigida quando desnecessária. 2. Desconsidera-se a alegação de dano ao erário quando ínfimo o valor apurado na diferença entre as propostas apresentadas pelas duas licitantes participantes, insuficiente para ensejar a punição do agente, por não ter o condão de lesar, nem causar prejuízo ao erário, atraindo-se o princípio da insignificância e da razoabilidade, adotado por este Tribunal. NOTAS TAQUIGRÁFICAS 13ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara – 02/05/2019 CONSELHEIRO PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA: (TCE-MG - DEN: 1047585, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 02/05/2019, Data de Publicação: 04/06/2019) (g.n.)

DENÚNCIA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES. VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA. PREVISÃO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA. POSSIBILIDADE. EVENTUAIS MODIFICAÇÕES FUTURAS NAS CONDIÇÕES CONTRATADAS. ADEQUAÇÃO POR MEIO DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO. RECOMENDAÇÕES. 1. O fracionamento do objeto licitado, previsto no § 1º do art. 23 da Lei de Licitações e Contratos, só é possível quando for demonstrada a viabilidade técnica e econômica de tal ato para a Administração. 2. A visita técnica tem previsão legal (art. 30, III, da Lei n.º 8.666/93) e **visa a proporcionar aos participantes o conhecimento das peculiaridades do objeto da licitação, evitando-se surpresas futuras, de forma a permitir que seja ofertada a melhor proposta, objetivando a plena execução do contrato, em atendimento ao interesse público.** 3. Eventuais modificações futuras nas condições inicialmente fixadas que possam vir a causar dano ao erário podem e devem ser adequadas por meio da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Primeira Câmara 39ª Sessão Ordinária – 18/12/2018 (TCE-MG - DEN: 986654, Relator: CONS. SUBST. HAMILTON COELHO, Data de Julgamento: 18/12/2018, Data de Publicação: 22/02/2019) (g.n.)

**"as empresas que exercerem o direito de vistoria disporão de condições muito superiores para quantificação do valor do serviço,** mas deve ficar à escolha da interessada decidir se prefere arcar com o ônus de tal operação ou assumir os riscos de uma avaliação menos acurada. (...) Em todo caso, a empresa que decidir não realizar a vistoria e eventualmente, subestimar sua proposta estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar". (Processo nº TC-006.059/2006-4 do TCU) (g.n.)

Assim, poderia até ser considerada desídia desta Administração não tornar viável a oportunidade de se realizar visita técnica pela Empresa, sob pena, de não raro, restar prejudicada a execução do objeto a contento, em prejuízo ao interesse público.

Assim, reitera-se que o texto editalício torna a Visita Técnica facultativa.

c. Dos critérios de julgamento:



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Analisando a Impugnação apresentada, os autos foram remetidos à Diretoria do Sistema de Gestão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para análise das alegações apresentadas, sobretudo quanto aos critérios de julgamento e a necessidade da presença de engenheiros mecânicos e engenheiros elétricos na equipe técnica, conforme apontam o Anexo III do Edital.

Concluída a análise, fora reiterado o entendimento já constante no Instrumento da necessidade das exigências de qualificação requeridas, por fazerem parte do escopo dos serviços a serem executados, conforme consta em anexo.

**IV. CONCLUSÃO:**

I - Por todo o exposto, em relação à impugnação apresentada pela **F3 CONSULTORIA E PROJETOS**, conhecemos a mesma para negar-lhe provimento, mantendo todas as condições do Edital da Tomada de Preços n.º 04/2021.

II - Que o presente julgamento, juntamente com a peça impugnatória apresentada, seja anexado ao processo principal;

III - Que seja ainda disponibilizado o presente julgado à interessada.

Santana do Ipanema/AL, 23 de agosto de 2021.

**Thiago Fabrício Sandes  
Costa**  
Presidente

**Kelyson Henrique Oliveira**  
Defensor  
Membro

**Mailson Soares Vanderlei**  
Membro